

ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE 9.000 DEBÊNTURES SIMPLES DA COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN

Pelo presente instrumento particular, como:

EMISSORA: **COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN**, com sede na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, à Rua Mermoz, 150, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ do Ministério da Fazenda sob o nº 08.324.196/0001-81, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, e como

AGENTE FIDUCIÁRIO: **PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na Rua Sete de Setembro, 99 - 16º andar, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ do Ministério da Fazenda sob o nº 15.227.994/0001-50, nomeado nesta Escritura da 1ª Emissão Pública de 9.000 Debêntures Simples da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN ("Escritura de Emissão") e nele interveniente, representando a comunhão dos debenturistas adquirentes das debêntures objeto da 1ª (primeira) emissão, neste ato representada na forma de seu Contrato Social,

vêm por este e na melhor forma de direito, celebrar a presente Escritura de Emissão de debêntures, mediante as seguintes cláusulas, condições e características:

I - DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura de Emissão é celebrada com base na autorização deliberada pela Assembléia Geral Extraordinária (AGE) de acionistas da **EMISSORA** realizada em 03 de março de 2.000.

Foi delegado ao Conselho de Administração da **EMISSORA**, com referência às deliberações tomadas na AGE realizada em 03 de março de 2.000, poderes para, independentemente de convocação e deliberação da Assembléia Geral Extraordinária:

- a) deliberar sobre as matérias prescritas nos incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei n.º 6.404 de 15/12/76;
- b) cancelar as debêntures da 1ª (primeira) emissão que não vierem a ser subscritas durante o prazo de distribuição; e,
- c) cancelar as debêntures da 1ª (primeira) emissão que estejam em tesouraria da **EMISSORA**.

II – DOS REQUISITOS

1. ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A ata da Assembléia Geral Extraordinária que deliberou sobre a emissão das debêntures será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte e nos jornais Diário de Natal e Gazeta Mercantil.

2. REGISTRO DA PRESENTE ESCRITURA DE EMISSÃO

A presente Escritura de Emissão será registrada no competente cartório de registro de imóveis da Cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

3. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

A emissão de debêntures será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante designada CVM, na forma das Leis n.º 6.385, de 07/12/1976, n.º 6.404, de 15/12/1976, n.º 9.457 de 05/05/1997 e demais disposições legais e regulamentares que se fizerem pertinentes.

III - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

A emissão de debêntures observará as seguintes características e condições:

- 1. SETOR DE ATIVIDADE DA EMISSORA:** A Companhia tem por objeto estudar, projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia, renováveis ou não, e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia renováveis ou não, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, a União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo.
- 2. NÚMERO DE ORDEM DA EMISSÃO / SÉRIE:** 1ª (primeira) emissão, em série única.

3. **MONTANTE DA EMISSÃO:** O valor total da emissão será R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), na data da emissão.
4. **PROCEDIMENTO DA DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA:** As debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, através do SDT – Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (“ANDIMA”) e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (“CETIP”). Durante a fase de distribuição pública das debêntures será adotado o procedimento diferenciado, referido no artigo 33 da Instrução CVM n.º 13/80, não sendo utilizada na oferta a sistemática de reserva antecipada, inexistindo lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos preferencialmente os clientes dos coordenadores que desejarem efetuar investimentos na **EMISSION**.
5. **NEGOCIAÇÃO:** A emissão será registrada para negociação no mercado secundário, através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.

IV - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

As debêntures observarão as seguintes características e condições:

1. **DATA DE EMISSÃO:** Para qualquer efeito legal, a data de emissão para todas as debêntures desta emissão (“Data de Emissão”) será 01 de abril de 2.000.
2. **VOLUME TOTAL DA EMISSÃO:** R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), na Data de Emissão.
3. **VALOR NOMINAL UNITÁRIO:** As debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na data da emissão.
4. **QUANTIDADE DE TÍTULOS:** A emissão será constituída de 9.000 (nove mil) debêntures.
5. **PRAZO E DATA DE VENCIMENTO:** As debêntures terão prazo de 03 (três) anos, com vencimento em 01 de abril de 2.003 para todas as debêntures desta emissão.
6. **FORMA E CONVERSIBILIDADE:** Todas as debêntures desta emissão são nominativas, não endossáveis, sem emissão de certificados, não conversíveis em ações, presumindo-se a propriedade pela inscrição do nome do debenturista no Livro de Registro de Debêntures, servindo, adicionalmente, para os debenturistas, como comprovante de titularidade de debêntures, o Relatório de Posição de Ativos da CETIP, solicitado pela **EMISSION** e emitido por ocasião dos pagamentos das obrigações decorrentes da presente emissão, ou a qualquer momento. A **EMISSION** emitirá certificados de debêntures aos debenturistas que assim os desejarem, mediante solicitação, por escrito, encaminhada à sede da **EMISSION**. Os certificados de debêntures deverão ser entregues até o prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da data de solicitação à **EMISSION**.
7. **ESPÉCIE:** As debêntures desta emissão serão da espécie com garantia flutuante.

- 7.1. **OBRIGAÇÃO ADICIONAL:** A **EMISSORA** concede, desde logo, em caso de inadimplemento das prestações onerosas decorrentes da Escritura de Emissão, faculdade ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**, de disponibilizar em favor dos debenturistas até o limite de 50% dos recebimentos mensais que compõem a arrecadação bruta da **EMISSORA**, oriundos do fornecimento de energia elétrica, com as limitações reguladas no Anexo I que é parte integrante da Escritura de Emissão.
- 7.2. Caberá à **EMISSORA** informar ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**, periodicamente, a relação dos bancos comerciais, que ficarão incumbidos de promover o recebimento dos créditos provenientes de pagamentos das contas de energia elétrica (Bancos Arrecadadores), os quais deverão, por expressa e formal determinação da **EMISSORA**, proceder nos termos do item 7.3 e 7.4 a seguir
- 7.3. Os Bancos Arrecadadores deverá(ão) proceder ao depósito do produto decorrente do pagamentos oriundos do fornecimento de energia elétrica objeto da garantia adicional mencionada no item 7.1 acima na conta-corrente nº 2044-3, (doravante denominada “Conta Centralizadora”), mantida junto ao Banco do Brasil S/A (“Banco Centralizador”), na Agência Alecrim, Prefixo 0716-1, situada na Rua Presidente Bandeira 372, Natal, Estado do Rio Grande do Norte, de titularidade da **EMISSORA**.
- 7.4. Na hipótese de eventual inadimplemento da **EMISSORA**, as debêntures, ainda, terão poder liberatório, devendo ser aceitas, pela **EMISSORA** e pelos Bancos Arrecadadores, em dação, para pagamentos, pelos debenturistas, de contas de energia faturadas pela **EMISSORA**, nos termos dos procedimentos operacionais estabelecidos no Anexo II que integra a Escritura de Emissão.
8. **ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:** As debêntures desta 1ª (primeira) emissão não terão seu valor nominal atualizado monetariamente.
9. **REMUNERAÇÃO:** Às Debêntures desta emissão será conferida Remuneração com base em taxa de juros referenciados na taxa média dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia – “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, doravante denominada “**Taxa DI**”. A remuneração será de 104,5% (cento e quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) da referida **Taxa DI**, calculada a partir da Data de Emissão, com periodicidade de pagamento semestral, sendo o primeiro pagamento efetuado em 01 de outubro de 2.001, observado o disposto nos itens seguintes:
- a) **Período de Vigência da Remuneração** é o período compreendido entre a Data de Emissão até a data de vencimento das debêntures, ou seja, 01 de abril de 2.000 até 01 de abril de 2.003, intervalo de tempo durante o qual permanecerão inalteradas as condições de remuneração definidas nesta Escritura de Emissão;
- b) **Período de Capitalização** é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do último vencimento da Remuneração, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data de vencimento da Remuneração. Cada “Período de Capitalização” sucede o anterior sem solução de continuidade;

c) **Sub-período de Capitalização** é o intervalo de tempo contido em cada Período de Capitalização, possuindo duração idêntica ao prazo definido para a Taxa DI apurada. Assim: o primeiro Sub-período de Capitalização terá início na Data de Emissão das debêntures e término no prazo definido para a Taxa DI apurada; o Sub-período de Capitalização seguinte terá início na data de vencimento do Sub-período de Capitalização anterior e encerramento no prazo definido para a Taxa DI apurada, e assim sucessivamente até cobrir todo o Período de Capitalização.

d) As Taxas serão calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias decorridos, incidentes sobre o saldo do valor nominal não amortizado das debêntures desde a Data da Emissão, ou data de vencimento da remuneração imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento;

9.1. A Remuneração das debêntures será determinada pela aplicação da seguinte fórmula:

$$JR = VN \times [(f_1 \times f_2 \times f_3 \times \dots \times f_j) - 1], \quad \text{onde:}$$

JR = valor da Remuneração a ser paga no final de cada Período de Capitalização;

VN = valor nominal unitário da debênture no início de cada Período de Capitalização;

$(f_1 \times f_2 \times f_3 \times \dots \times f_j)$ = fator de variação acumulado no Período de Capitalização da Remuneração, calculado conforme abaixo;

Os termos $f_1, f_2, f_3, \dots, f_j$ serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$f_j = \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{Taxa DI}_j}{100} \right)^{d_j/252} - 1 \right] \times S \right\} + 1, \quad \text{onde:}$$

f_j = fator da Taxa DI, referente ao “Sub-período de Capitalização j”;

Taxa DI_j = Taxa DI, referente ao “Sub-período de Capitalização j”;

d_j = número de dias úteis contidos no “Sub-período de Capitalização j”, idêntico ao prazo definido para a Taxa DI_j apurada;

S = 104,50% (cento e quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) da Taxa DI;

9.2. A aplicação da Taxa DI incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de aditamento à presente Escritura de Emissão.

9.3. A Remuneração correspondente aos Períodos de Capitalização será devida e paga semestralmente, sendo os pagamentos efetuados a partir do 18º mês contado da Data de Emissão, inclusive, vencendo-se o primeiro, portanto, no dia 01 de outubro de 2.001 e os demais em 01 de abril de 2.002, 01 de outubro de 2.002 e 01 de abril de 2.003, data de vencimento das debêntures.

9.4. No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, conforme definido na presente Escritura de Emissão, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Na sua ausência, o **AGENTE FIDUCIÁRIO** deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas para a deliberação, de comum acordo com a **EMISSIONA**, e no prazo máximo de 30 (trinta)

dias, a respeito do novo parâmetro de remuneração das debêntures a ser proposto pela **EMISSORA**.

- 10. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO:** Será realizado processo de “*book building*” com o objetivo de definir o ágio que incidirá sobre o preço de subscrição das debêntures. O ágio será fixado sobre o valor nominal da debênture, acrescido da remuneração, apurada na forma do item anterior, calculada “*pro-rata temporis*”, desde a Data de Emissão até a data do encerramento do processo de “*book building*”. O anúncio de início de distribuição das debêntures informará o percentual do ágio a ser efetivamente aplicado sobre o preço de subscrição das debêntures durante a fase de distribuição pública.

10.1. O preço de subscrição das debêntures será o seu valor nominal acrescido da remuneração calculada “*pro-rata temporis*”, apurada desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização, acrescido do ágio definido em processo de “*book building*”.

10.2. A integralização das debêntures será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

- 11. AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA:** O valor nominal da debênture será amortizado em 04 (quatro) parcelas semestrais e consecutivas de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), a partir de 01 de outubro de 2.001, inclusive, ocorrendo a última amortização em 01 de abril de 2.003, data de vencimento das debêntures.

DATAS	VALOR DA AMORTIZAÇÃO
01 de outubro de 2.001	R\$ 2.500,00
01 de abril de 2.002	R\$ 2.500,00
01 de outubro de 2.002	R\$ 2.500,00
01 de abril 2.003	R\$ 2.500,00

- 12. AQUISIÇÃO FACULTATIVA:** A **EMISSORA** poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures da 1ª (primeira) emissão em circulação, por preço não superior ao seu saldo devedor, observado o disposto no artigo 55 da Lei n.º 6.404/76. Nesta hipótese, as debêntures adquiridas pela **EMISSORA** poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da **EMISSORA**, ou ser novamente colocadas no mercado.

- 13. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO:** A **EMISSORA** reserva-se o direito de, após decorridos 90 (noventa) dias contados da data de subscrição, promover o resgate antecipado das debêntures objeto desta emissão, de forma total ou parcial, neste caso mediante sorteio coordenado pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, com pagamento do saldo devedor a que fizerem jus. Na hipótese de resgate parcial, a empresa deverá comunicar aos debenturistas sorteados a decisão do resgate, os quais solicitarão à CETIP a retirada das debêntures do SND – Sistema Nacional de Debêntures. Os resgates antecipados deverão observar intervalos de, no mínimo, 90 (noventa) dias do resgate anterior. A decisão do resgate deverá ser tomada pelo Conselho de Administração da **EMISSORA** e comunicada aos debenturistas mediante aviso específico com antecedência mínima de 5 (cinco) dias

úteis da data do resgate. As debêntures que vierem a ser resgatadas serão obrigatoriamente canceladas.

- 14. VENCIMENTO ANTECIPADO:** O **AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das debêntures objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento pela **EMISSORA** do valor nominal da debênture, acrescido da Remuneração calculada “*pro-rata temporis*”, desde a Data de Emissão, ou da data do último pagamento de Remuneração, prevalecendo a que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, sendo essa declaração de vencimento antecipado efetivada por notificação extrajudicial à **EMISSORA**, através de Cartório de Títulos e Documentos, na ocorrência dos seguintes eventos:
- a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a **EMISSORA** ou suas subsidiárias em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), e que não sejam sanados no prazo de 30 (trinta) dias contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**;
 - b) pedido de concordata preventiva ou falência formulado pela **EMISSORA**;
 - c) liquidação ou decretação de falência da **EMISSORA**;
 - d) falta de cumprimento pela **EMISSORA** de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados a partir do aviso escrito que lhe for enviado pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**.
 - e) rescisão do contrato de prestação de serviços relativo à centralização da arrecadação dos recebíveis celebrado com o Banco do Brasil firmado em 04/08/1998, e pelos atuais Agentes Arrecadadores, sem prévia anuência do **AGENTE FIDUCIÁRIO**. Caso essa rescisão se der por solicitação do banco contratado caberá à **EMISSORA**, mediante aprovação do **AGENTE FIDUCIÁRIO** promover sua imediata substituição; e,
 - f) vencimento antecipado de qualquer dívida da **EMISSORA** em razão de inadimplência contratual cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da **EMISSORA** previstas na Escritura de Emissão.
- 15. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS:** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário, no local da sede da **EMISSORA**, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.
- 16. ENCARGOS MORATÓRIOS:** Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer obrigação pecuniária devida aos debenturistas, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela **EMISSORA**, ficarão sujeitos a juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês, acrescido de multa convencional, irredutível e não compensatória de 10% (dez por cento) sobre o montante devido, além da Remuneração que continuará a incidir sobre o débito em atraso, tal como estabelecidos nesta Escritura de Emissão, calculados desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

17. **DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS:** Sem prejuízo do disposto no item anterior, o não comparecimento de debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias nas datas previstas na presente Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela **EMISSORA**, não lhe dará o direito ao recebimento de rendimentos no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
18. **LOCAL DE PAGAMENTOS:** Os pagamentos referentes à quaisquer eventos pecuniários a que fazem jus às debêntures desta emissão serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, ou na sede social da **EMISSORA**, na hipótese do debenturista não estar vinculado a este sistema, ou ainda, em instituição financeira contratada para tal fim.
19. **PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA:** Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados, na forma de avisos, no jornal Gazeta Mercantil, edição nacional, sempre com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, devendo a **EMISSORA** avisar, tempestivamente, o **AGENTE FIDUCIÁRIO** da realização de qualquer publicação.
20. **NOTIFICAÇÕES:** As correspondências efetuadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão, deverão observar os seguintes endereços:

Para a **EMISSORA**:

Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN

Rua Mermoz, 150, Natal, Estado do Rio Grande do Norte

Att: Sr. Emmanuel Sampaio Lôpo (Diretor Financeiro e de Relações com o Mercado)

Tel: (0**84) 215-6104

Fax: (0**84) 215 6242

E-mail: elopo@cosern.com.br

Para o **AGENTE FIDUCIÁRIO**:

Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Rua Sete de Setembro, 99 - 16º andar, Rio de Janeiro - RJ

Att: Sr. Carlos Alberto Bacha / Sra. Roberta Vieira Coelho Tel: (0**21) 507-1949

Fax: (0**21) 507-1773

E-mail: pavarini@pavarini.com.br

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido por empresa de correio sob protocolo ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fac-simile deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 02 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

V - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A **EMISSORA** está adicionalmente obrigada a:

1. Fornecer ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**:
 - 1.1. dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrativos financeiros completos, relativos a esse exercício social;
 - 1.2. imediatamente, qualquer informação disponível que lhe venha a ser solicitada;
 - 1.3. as informações pertinentes à Instrução CVM n.º 202/93, com a mesma periodicidade do envio destas informações à CVM;
 - 1.4. na mesma data em que forem publicados, os avisos aos debenturistas, fatos relevantes e atas de assembléias que de alguma forma envolvam o interesse dos debenturistas;
 - 1.5. até o 20º dia de cada mês, informações relativas ao volume de recebíveis depositado no banco centralizador signatário do Anexo I desta Escritura de Emissão, referente ao mês imediatamente anterior.
2. Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.
3. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus debenturistas as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76.
4. Manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas para que preste este serviço.
5. Manter seus bens adequadamente segurados.
6. Não pagar dividendos, salvo o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, nem qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, cessando tal proibição, tão logo seja purgada a mora.
7. Efetuar, desde que assim solicitado pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos nos termos do item 4, alínea “e” da Cláusula VI.
8. Manter, durante o prazo da emissão e desde que haja debêntures em circulação, os seguintes “*covenants financeiros*”:
 - a) Relação entre EBITDA e Resultado Financeiro Consolidado, excluindo deste último os juros sobre o capital próprio, maior ou igual a 1,5 vezes;
 - b) Relação entre Dívida Onerosa Consolidada e EBITDA menor ou igual a 4 vezes;
 - c) Relação entre Dívida Bancária Consolidada e Patrimônio Líquido menor ou igual a 1 (uma) vez.

Os “*covenants financeiros*” definidos neste item serão apurados anualmente, através de demonstrações financeiras completas, devidamente auditadas, publicadas e encaminhadas à CVM (Demonstrações Financeiras Padronizadas), onde:

“EBITDA” significa o somatório (sem qualquer duplicidade) de Resultado do Serviço para determinado período mais Depreciação e Amortização ocorridos naquele mesmo período.

“Resultado Financeiro Consolidado” significa a soma algébrica das receitas financeiras e despesas financeiras, conforme publicado nas demonstrações financeiras padronizadas encaminhadas à CVM, de acordo com o Plano de Contas do Setor Elétrico.

“Dívida Onerosa Consolidada” significa o somatório, em uma determinada data, das dívidas de empréstimos, financiamentos e parcelamentos que tenham sido contraídas pela **EMISSORA**, que tenham correção por algum indexador ou taxa de juros. Nas Demonstrações Financeiras Padronizadas encaminhadas à CVM, corresponde as contas Empréstimos e Financiamentos, Debêntures, Encargos de Dívida e Parcelamento de Tributos e Contribuições Sociais, encontradas no Passivo Circulante, e às contas Empréstimos e Financiamentos, Debêntures e Parcelamento de Tributos e Contribuições Sociais encontradas no Passivo Exigível a Longo Prazo.

“Patrimônio Líquido” significa o somatório, em uma determinada data, do (i) Capital Social, (ii) Reservas e (iii) Lucros ou Prejuízos Acumulados.

“Dívida Bancária Consolidada” significa o somatório, em uma determinada data, das dívidas da **EMISSORA** com instituições financeiras.

9. Adquirir, caso haja mudança de controle acionário da **EMISSORA**, as debêntures desta emissão que estiverem em circulação, à opção dos debenturistas que não aceitarem permanecer como debenturista da **EMISSORA** após a alteração do controle acionário. A oferta de compra será comunicada aos debenturistas através de aviso específico publicado no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data da efetiva mudança do controle acionário, definido com data de assinatura do contrato de compra e venda, com prazo não inferior a 30 (trinta) dias para a manifestação dos debenturistas interessados, contado a partir da publicação do aviso e nos termos dos procedimentos descritos no mesmo. Para efeito do disposto neste item, entende-se por mudança de controle acionário a alienação pelos atuais controladores da **EMISSORA** – Iberdrola, Banco do Brasil de Investimentos e PREVI – em conjunto ou individualmente, direta ou indiretamente, de 51% de ações votantes da **EMISSORA**.
10. Cumprir todas as obrigações firmadas nos Anexos, parte integrante desta Escritura de Emissão.

VI - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A **EMISSORA** constitui e nomeia **AGENTE FIDUCIÁRIO** da emissão objeto desta Escritura de Emissão, **PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.** retro qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação, para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a **EMISSORA**, a comunhão dos titulares das debêntures.

1. Declaração

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** dos debenturistas, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara:

- a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei n.º 6.404, de 15.12.76, e o artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23.11.83, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- c) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- d) estar ciente das disposições contidas na Circular n.º 1.832, de 31.10.90, do Banco Central do Brasil.

A **EMISSORA** também declara não ter qualquer ligação com o **AGENTE FIDUCIÁRIO** que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

2. Deveres do AGENTE FIDUCIÁRIO

Além de outros previstos em Lei ou em ato normativo da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres do **AGENTE FIDUCIÁRIO**:

- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a **EMISSORA** não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, caso em que o oficial do registro notificará a administração da **EMISSORA** para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações das debêntures;
- h) verificar a regularidade da constituição das garantias, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- i) intimar a **EMISSORA** a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- j) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos Distribuidores Cíveis, da Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da **EMISSORA**;
- k) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na **EMISSORA**;
- l) convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a **EMISSORA** deva efetuar suas publicações, conforme disposto no item 19 da Cláusula IV;
- m) comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- n) elaborar relatórios trimestrais e anuais destinados aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, letra “b”, da Lei n.º 6.404/76, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:
 - n.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela **EMISSORA** ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela **EMISSORA**;
 - n.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - n.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da **EMISSORA**, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital, bem como os “covenants financeiros” definidos no item 9 da Cláusula V desta Escritura de Emissão;
 - n.4) posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;
 - n.5) resgate, amortização e pagamento de juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures pela **EMISSORA**;
 - n.6) constituição e aplicação do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;
 - n.7) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da **EMISSORA**;
 - n.8) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - n.9) cumprimento de outras obrigações assumidas pela **EMISSORA** neste instrumento;

n.10) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de **AGENTE FIDUCIÁRIO**; e,

- o) colocar os relatórios trimestrais de que trata o item anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 30 dias a contar do encerramento de cada trimestre e o relatório anual no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o término do exercício social da **EMISSORA**, ao menos nos seguintes locais;
 - o.1) na sede da **EMISSORA**;
 - o.2) no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - o.3) na CVM;
 - o.4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e
 - o.5) nas instituições financeiras que liderarem a colocação das debêntures.
- p) publicar, às expensas da **EMISSORA**, nos órgãos de imprensa em que a **EMISSORA** deva efetuar suas publicações, conforme disposto no item 13.1 da Cláusula IV, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea “o” acima;
- q) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à **EMISSORA**;
- r) coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas parcialmente;
- s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes deste instrumento, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- t) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento pela **EMISSORA** de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, e, em até 10 (dez) dias úteis, da data do recebimento das demonstrações financeiras, no caso de não cumprimento dos covenants financeiros previstos no item 9 da Cláusula V desta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada:
 - t.1) à CVM;
 - t.2) às Bolsas de Valores, quando for o caso;
 - t.3) ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar.

3. Atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a **EMISSORA** ou terceiros coobrigados, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da **EMISSORA**:

- a) Declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

- b) Exercer as garantias outorgadas, aplicando o produto no pagamento integral dos valores efetivamente devidos aos debenturistas;
- c) Tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas;
- d) Requerer a falência da **EMISSORA**;
- e) Representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da **EMISSORA**;
- f) Cumprir o estabelecido no Anexo I desta Escritura de Emissão, especialmente no que se refere ao bloqueio dos recursos dados em garantia em favor dos debenturistas, depositados na conta centralizadora, conforme previsto no referido instrumento.

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá exercer a atribuição prevista na letra “a” acima, na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente Escritura de Emissão.

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a” a “d” do “*caput*” deste item se, convocada a assembléia dos debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das debêntures em circulação, bastando porém a deliberação da maioria dos titulares das debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea “e” do “*caput*” deste item.

4. Remuneração

Será devido ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração paga da seguinte forma:

- a) Taxa de implantação de serviços no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), devida no primeiro dia útil após a aceitação da proposta de serviços, dedutível do valor da primeira parcela anual e não restituível à **EMISSORA** em caso de cancelamento da operação e/ou não concessão do registro pela CVM.
- b) Parcelas anuais antecipadas no valor de R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais), devidas, a primeira, na data da assinatura da Escritura de Emissão e as demais devidas nas mesmas datas dos anos seguintes. Do valor da primeira parcela anual será descontado o valor referente à taxa de implantação de serviços mencionada no item “a”.
- c) A remuneração acima será devida até o cancelamento das debêntures e mesmo após o vencimento das debêntures, caso o **AGENTE FIDUCIÁRIO** ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela **EMISSORA**.
- d) As parcelas acima referidas serão atualizadas anualmente pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da taxa de implantação de serviços até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas “*pro-rata die*”, se necessário.

- e) A remuneração não inclui as despesas com publicações, transporte, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a serem cobertas pela **EMISSORA**.
- f) O crédito do **AGENTE FIDUCIÁRIO** por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas será acrescido à dívida da **EMISSORA** e gozará das mesmas garantias das debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.
- g) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração de que trata este item, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas na Escritura de Emissão.
- h) As remunerações serão acrescidas do ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) e de quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

5. Substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO**

Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia de Debenturistas para a escolha do novo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a qual poderá ser convocada pelo próprio **AGENTE FIDUCIÁRIO** a ser substituído, pela **EMISSORA**, por debenturistas que representem ao menos 10% (dez por cento) das debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à **EMISSORA** efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir a escolha do novo **AGENTE FIDUCIÁRIO**.

- a) Na hipótese de não poder o **AGENTE FIDUCIÁRIO** continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.
- b) É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.
- c) A substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23.11.83 e eventuais normas posteriores.

- d) A substituição, em caráter permanente, do **AGENTE FIDUCIÁRIO** deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, devendo tal aditamento ser averbado no registro de imóveis no qual foi registrada a presente Escritura de Emissão.
- e) O **AGENTE FIDUCIÁRIO** iniciará o exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.
- f) Aplicam-se às hipóteses de substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** as normas e preceitos a respeito, baixados por ato da CVM.

6. Despesas do AGENTE FIDUCIÁRIO

A **EMISSORA** ressarcirá o **AGENTE FIDUCIÁRIO** de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar seus créditos.

- a) O ressarcimento, a que se refere esta cláusula, será efetuado imediatamente após a entrega à **EMISSORA** dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção aos direitos dos titulares das debêntures.
- b) O crédito do **AGENTE FIDUCIÁRIO** por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados, será acrescido à dívida da **EMISSORA** e gozará das mesmas garantias das debêntures, se for o caso, preferindo a estas na ordem de pagamento.

VII - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

Os titulares das debêntures desta emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia, a fim de deliberarem sobre qualquer matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

1. A assembléia dos debenturistas poderá ser convocada pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, pela **EMISSORA**, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das debêntures em circulação, ou pela CVM.
2. Aplicam-se à assembléia de debenturistas, no que couber, as regras estabelecidas na Lei n.º 6404/76 para a assembléia geral dos acionistas da **EMISSORA**.
3. A assembléia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação e, em segunda convocação com qualquer número.
4. A presidência da assembléia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das debêntures ou àquele que for designado pela CVM.
5. Nas deliberações da assembléia, cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.

6. Quaisquer modificações nas condições das debêntures, objeto da presente Escritura de Emissão, dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das debêntures em circulação.
7. Para efeito da constituição do “*quorum*” a que se refere o parágrafo anterior, serão excluídas do número de debêntures em circulação, as pertencentes à **EMISSORA**.
8. Em qualquer caso o **AGENTE FIDUCIÁRIO** comparecerá à assembléia dos debenturistas, prestando-lhes as informações que lhe forem solicitadas.
9. Será facultada a presença de representantes legais da **EMISSORA** nas assembléias dos debenturistas.

VIII - DO FORO

O Foro da presente Escritura de Emissão será o da Cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

E, por estarem justos e contratados, assinam a presente em 06 (seis) vias de igual teor e forma e para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também a assinam.

Natal, Estado do Rio Grande do Norte, 14 de março de 2.000.

**COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO
GRANDE DO NORTE – COSERN
EMISSORA**

**PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
AGENTE FIDUCIÁRIO**

TESTEMUNHAS:

1.

2.

Nome:
CPF:
RG:

Nome:
CPF:
RG: